

Edição 11.186 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **TERÇA-FEIRA // 24.11.2026 // Cascavel-PR** www.gazetadoparana.com.br

Seed prevê necessidade de R$ 2,7 bilhões acima do orçamento do PR

●Ata do Fundeb registra **diferença entre os recursos** estimados pela Secretaria de Educação e o teto previsto pelo governo do Paraná

●**A Seed estima precisar de R$ 15,6 bilhões em 2027**, mas o orçamento previsto pelo governo reserva R$ 12,9 bilhões à pasta

●O orçamento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed) para 2027 foi elaborado com uma diferença de R$ 2,7 bilhões entre as necessidades financeiras estimadas pela própria pasta e o limite de despesas previsto na proposta encaminhada pelo governo Ratinho Junior (PSD) à Alep. A informação consta em ata oficial de uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e revela que parte das despesas projetadas para o próximo exercício dependerá de complementações orçamentárias ao longo do ano. De acordo com o documento, a Secretaria da Educação calculou em R$ 15.636.128.557 o montante necessário para atender às despesas contratadas e previstas com pessoal, custeio e investimentos em 2027. Entretanto, o teto orçamentário estabelecido para a pasta ficou em R$ 12.931.653.045. A diferença exata é de R$ 2.704.475.512, equivalente a aproximadamente 17,3% da necessidade financeira apresentada pela secretaria. Os números foram expostos durante a reunião pelo representante da Seed, Maurílio Aquino Ribeiro Neto, responsável pela apresentação da proposta orçamentária aos integrantes do Conselho do Fundeb. Público ● P.3

DADOS

● **A divergência entre a necessidade financeira da Seed e o teto estabelecido pela Fazenda** levanta questionamentos sobre a metodologia utilizada na elaboração do orçamento e sobre a previsibilidade das despesas públicas



Gabriel Rosa / AEN

Parceiro da Escola será julgado presencialmente no STF em dezembro

●A ação que questiona a constitucionalidade do programa Parceiro da Escola, implantado pelo governo Ratinho Junior (PSD) na rede estadual de ensino do Paraná, será submetida ao plenário presencial do Supremo Tribunal Federal (STF). A mudança consta nos registros oficiais da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7684, que teve o julgamento virtual retirado da pauta em 17 de novembro. Ainda não há data confirmada para a retomada da análise pelos ministros. O processo, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contesta dispositivos da Lei Estadual nº 22.006/2024, que autorizou a transferência de atividades administrativas e de gestão de escolas públicas para empresas privadas. A discussão envolve os limites constitucionais da participação empresarial na educação pública, especialmente em relação à contratação de profissionais e ao exercício de atividades pedagógicas. Público ● P.2

Cascavel de Ouro cada vez melhor

●A 40ª edição da Cascavel de Ouro foi marcada pelas homenagens. A começar pelo troféu, uma verdadeira obra de arte. A peça foi confeccionada para recordar a vitória de Nelson Piquet na Cascavel de Ouro, que ocorreu há 50 anos. Piquet venceu a tradicional corrida em 1976. A grande homenagem ocorreu no fim da Cascavel de Ouro com a vitória de Dudu Berlanda e Xande Bastos. Dudu foi o piloto que cruzou a linha de chegada em primeiro lugar. E a vitória foi dedicada ao pai, Wanderlei Berlanda, que também era piloto e faleceu em abril deste ano. A vitória de Dudu Berlanda e Xande Bastos teve um requinte de drama. Na última volta, o Volkswagen Gol de número 116 perdeu o motor na última volta. Para consolidar a vitória, Dudu Berlanda precisava levar o carro até a linha de chegada. E conseguiu. A próxima edição da Cascavel de Ouro já está marcada. A corrida será no dia 14 de novembro de 2027, data do aniversário do município. Esportes ● P.6



@clayton.medeirosfoto

Moro confirma quatro nomes para as forças de segurança do Paraná



Divulgação

●O governador eleito do Paraná, Sergio Moro, anunciou ontem (23) os nomes que estarão à frente das principais instituições de segurança pública do Estado a partir de janeiro de 2027. As escolhas incluem os comandos da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar e Casa Militar. Foram confirmados o coronel Rogério Gomes Pitz para o Comando-Geral da Polícia Militar; o delegado Getúlio de Morais Vargas para a Delegacia-Geral da Polícia Civil; o coronel Rafael Lorenzetto para o Comando-Geral do Corpo de Bombeiros; e o coronel Sthéfano Roberto Janata para a chefia da Casa Militar. Os nomes foram indicados pelo futuro secretário de Estado da Segurança Pública, Fabiano Bordignon. Antes da confirmação, Moro conversou pessoalmente com cada um dos escolhidos e avaliou a trajetória profissional, a experiência e a capacidade de liderança dos indicados. Segundo o governador eleito, a intenção é formar uma equipe técnica, com profissionais que conheçam as instituições e tenham condições de fortalecer o trabalho das forças de segurança. "Queremos uma gestão que valorize os profissionais", afirmou Moro. Público ● P.4

Brasileirão

Flamengo lidera lista de títulos nacionais na elite

O Flamengo conquistou o título do Campeonato Brasileiro de 2026 com duas rodadas de antecedência. Oo clube da maior torcida do Brasil superou o Palmeiras em números de títulos nacionais na elite. O Flamengo chegou ao 19º título nacional. Vice outra vez, o Palmeiras cumpre tabela contra a Chapecoense de olho na final da Libertadores. Esportes ● P.6



Miguel Schincariol

No Supremo

STF julgará Lei da Dosimetria no próximo mês

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar, entre 4 e 15 de dezembro, a validade da Lei da Dosimetria, que prevê a redução de penas de condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e pela trama golpista. O ministro Alexandre de Moraes liberou as ações para julgamento no plenário virtual da Corte na quinta-feira (19). Público ● P.2



Divulgação

No Senado

Disputas judiciais podem mudar composição

Três disputas judiciais envolvendo senadores eleitos podem interferir na composição do Senado a partir de fevereiro e afetar a eleição para a presidência da Casa. Marina JHC (PSDB-AL), Deltan Dallagnol (Novo-PR) e Lahesio Bonfim (Novo-MA) enfrentam questionamentos relacionados às candidaturas ou à chapa eleitoral. Público ● P.3

Público

STF em debate Ação contra programa do governo Ratinho Junior saiu da pauta virtual; voto do relator restringe empresas na contratação de professores e em atividades pedagógicas e prevê participação de estudantes

Programa Parceiro da Escola será julgado presencialmente no STF

O STF levará ao plenário presencial a ação contra o Parceiro da Escola; julgamento foi retirado da pauta virtual e ainda não tem data

DA REDAÇÃOS
Cascavel


STF leva ação ao plenário presencial Gabriel Rosa / AEN

●A ação que questiona a constitucionalidade do programa Parceiro da Escola, implantado pelo governo Ratinho Junior (PSD) na rede estadual de ensino do Paraná, será submetida ao plenário presencial do Supremo Tribunal Federal (STF). A mudança consta nos registros oficiais da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7684, que teve o julgamento virtual retirado da pauta em 17 de novembro. Ainda não há data confirmada para a retomada da análise pelos ministros.

O processo, apresentado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), contesta dispositivos da Lei Estadual nº 22.006/2024, que autorizou a transferência de atividades administrativas e de gestão de escolas públicas para empresas privadas. A discussão envolve os limites constitucionais da participação empresarial na educação pública, especialmente em relação à contratação de profissionais e ao exercício de atividades pedagógicas.

A movimentação ocorre em um momento de consolidação do programa na rede estadual e mantém aberta uma disputa jurídica com potencial para alterar seu funcionamento. Embora o STF ainda não tenha concluído o julgamento, o relator, ministro Nunes Marques, já apresentou voto pela inconstitucionalidade parcial da legislação, indicando restrições à atuação das empresas contratadas pelo Estado.

Mudança no julgamento

O histórico processual mostra que Alexandre de Moraes devolveu os autos para julgamento em 29 de outubro, após um pedido de vista que havia interrompido a análise da ação. Em 13 de novembro, o processo foi incluído na lista de julgamento virtual nº 244-2026, com sessão prevista entre 27 de novembro e 4 de dezembro.

Entretanto, uma nova movimentação registrada em 17 de novembro retirou a ação do julgamento virtual. Na mesma data, o andamento passou a indicar julgamento presencial do mérito pelo Tribunal Pleno, modalidade em que os ministros discutem e votam durante sessão pública.

A alteração não representa uma decisão sobre a constitucionalidade do programa, tampouco permite antecipar o posicionamento de Alexandre de Moraes. Significa, porém, que a controvérsia será examinada em uma sessão presencial, cuja data ainda depende de definição na agenda do Supremo.

Contratação de professores

Um dos pontos centrais da controvérsia está na possibilidade de empresas privadas contratarem professores para atuar nas escolas públicas. Em seu voto, Nunes Marques considerou incompatível com a Constituição a transferência dessa atribuição aos parceiros privados, por entender que o exercício da atividade docente na rede pública deve observar as exigências constitucionais de ingresso no serviço público.

O relator propôs declarar a inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, do artigo 2º, inciso IV, do Decreto Estadual nº 7.235/2024. Na prática, essa interpretação impediria a contratação de professores pelas empresas responsáveis pela gestão das unidades escolares, sem necessariamente invalidar todo o programa.

O voto de Nunes Marques prevê restrições à atuação das empresas, mas mantém a possibilidade de continuidade do Parceiro da Escola na rede estadual

O entendimento também alcança as atividades extracurriculares. Para Nunes Marques, as empresas podem desenvolver iniciativas complementares, mas não assumir atividades de natureza docente ou conduzidas por professores. O voto propõe restringir, nesse sentido, a aplicação do parágrafo único do artigo 3º do decreto.

Outro dispositivo considerado inconstitucional pelo relator é o artigo 27, inciso III, que restringe a participação de estudantes nas consultas realizadas para decidir sobre a adesão das escolas ao programa. Nunes Marques entende que alunos a partir dos 16 anos devem poder participar dessas decisões, em respeito ao princípio da gestão democrática do ensino público.

Programa pode continuar

Apesar de reconhecer essas inconstitucionalidades, Nunes Marques não acolheu o pedido de derrubada integral da Lei nº 22.006/2024. O ministro considerou possível a participação de empresas privadas na gestão administrativa e financeira das escolas estaduais, desde que respeitados os limites constitucionais relacionados às atividades docentes.

A distinção é importante porque uma eventual maioria favorável ao voto do relator não significaria, necessariamente, o encerramento do Parceiro da Escola. O programa poderia continuar funcionando, mas com restrições à atuação das empresas contratadas, especialmente na contratação de professores e na execução de atividades pedagógicas.

O alcance de uma eventual decisão também dependerá da interpretação adotada pelos demais ministros e dos efeitos estabelecidos pelo STF. Até o momento, não há maioria formada sobre o mérito da ação.

Disputa sobre a gestão pública

Criado em 2024, o programa Parceiro da Escola integra a política educacional do governo Ratinho Junior e permite que empresas privadas assumam atividades administrativas e financeiras em unidades da rede estadual. O governo sustenta que o modelo busca melhorar a eficiência da gestão e permitir que as equipes pedagógicas concentrem seus esforços no processo de ensino e aprendizagem.

A iniciativa, entretanto, enfrenta resistência de entidades representativas dos trabalhadores da educação. A APP-Sindicato questiona a transferência de responsabilidades da administração pública para empresas privadas e aponta riscos para a autonomia escolar, a gestão democrática e a valorização dos profissionais da educação.

Na ação apresentada ao Supremo, o PT argumenta que a legislação estadual viola princípios constitucionais relacionados à educação pública e à distribuição de competências entre os entes federativos. A contestação também envolve a possibilidade de transferência de funções essenciais da gestão escolar para organizações privadas.

A controvérsia ultrapassa, portanto, a discussão sobre serviços administrativos. O julgamento deverá estabelecer até onde o poder público pode transferir responsabilidades na gestão das escolas sem comprometer garantias constitucionais relacionadas ao ensino público.

Decisão ainda pendente

A transferência do julgamento para o plenário presencial acrescenta uma nova etapa à disputa judicial iniciada em 2024. Diferentemente das sessões virtuais, nas quais os ministros registram seus votos eletronicamente, o julgamento presencial permite debates durante a sessão e manifestações sobre os pontos controvertidos.

A alteração também significa que o calendário anteriormente divulgado, com julgamento virtual previsto entre 27 de novembro e 4 de dezembro, não deve ser tratado como a data definitiva para a conclusão da ação.

Enquanto o STF não formar maioria e proclamar o resultado, o programa permanece em funcionamento. O voto de Nunes Marques, embora não determine a extinção do modelo, sinaliza uma possível limitação constitucional à participação das empresas privadas na educação pública paranaense.

A decisão final poderá definir não apenas a continuidade das atuais regras do Parceiro da Escola, mas também os limites jurídicos para a expansão desse modelo de gestão na rede estadual.

Supremo julgará Lei da Dosimetria no próximo mês

Análise no plenário virtual ocorrerá entre 4 e 15 de dezembro; legislação pode beneficiar Jair Bolsonaro, aliados e condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023

Eliane Alexandrino
Cascavel

●O Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar, entre 4 e 15 de dezembro, a validade da Lei da Dosimetria, que prevê a redução de penas de condenados pelos atos de 8 de janeiro de 2023 e pela trama golpista. O ministro Alexandre de Moraes liberou as ações para julgamento no plenário virtual da Corte na quinta-feira (19). Segundo dados do tribunal, 455 condenados podem ser beneficiados pela legislação, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A aplicação da lei está suspensa desde maio, quando Moraes determinou que os pedidos de revisão das penas aguardassem uma decisão do plenário. A legislação foi aprovada pelo Congresso em dezembro de 2025, vetada integralmente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em janeiro de 2026 e retomada em abril, após a derrubada do veto pelos parlamentares. A análise do STF deverá definir se as regras podem ser aplicadas aos condenados. Nos bastidores, ministros da Corte avaliam que há maioria para manter a lei, possivelmente com ajustes no texto.

De acordo com os dados do STF, 455 pessoas condenadas por crimes relacionados aos ataques de 8 de janeiro e à tentativa de golpe de Estado podem ter as penas revistas. O grupo inclui Bolsonaro e aliados condenados no processo da trama golpista.

O ex-presidente foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão. Até o momento, sua defesa não apresentou pedido de redução com base na Lei da Dosimetria. Os advogados já protocolaram duas solicitações de revisão criminal, que são analisadas separadamente e dependem de requisitos específicos, como o surgimento de novas provas. Segundo levantamento do tribunal, 200 pessoas permanecem presas em processos relacionados aos ataques de 8 de janeiro ou à trama golpista.

Lei da Dosimetria

A legislação estabelece mudanças no cálculo das penas e na progressão de regime para condenados por crimes contra o Estado Democrático de Direito. Entre os principais pontos estão a possibilidade de redução de até dois terços das penas para participantes dos ataques de 8 de janeiro e a alteração na aplicação das condenações por tentativa de golpe de Estado e abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Pelas novas regras, quando os dois crimes forem reconhecidos no mesmo contexto, as penas deixam de ser somadas integralmente. Passa a prevalecer a punição pelo crime mais grave, o de golpe de Estado, com acréscimo de um sexto até metade da pena.

A lei também prevê mecanismos para acelerar a progressão do regime de cumprimento da pena, permitindo que condenados passem de um regime mais rigoroso para outro menos restritivo em menos tempo, conforme os critérios estabelecidos.


STF decide em dezembro se penas de Bolsonaro e aliados serão reduzidas Divulgação

Congresso

A liberação das ações para julgamento ocorreu após uma reunião entre Moraes e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Os dois parlamentares defenderam que o Supremo analisasse a legislação aprovada pelo Congresso. Na Câmara, a derrubada do veto presidencial recebeu 318 votos favoráveis e 144 contrários. No Senado, foram 49 votos pela retomada da lei e 24 contra. Durante a tramitação, Alcolumbre retirou da votação um trecho que poderia facilitar a progressão de regime para condenados por crimes graves, como feminicídio e outros crimes hediondos, por considerar que a previsão entrava em conflito com a Lei Antifacção. O julgamento de dezembro deverá definir se a Lei da Dosimetria poderá produzir efeitos e em quais condições os condenados poderão solicitar a revisão das penas.

Orçamento da educação Ata do Fundeb registra diferença entre os recursos estimados pela Secretaria e o teto previsto pelo governo; assessor da APP-Sindicato questionou também o pagamento do 13º salário

Seed prevê necessidade de R$ 2,7 bilhões acima do orçamento de 2027

A Secretaria da Educação estima precisar de R$ 15,6 bilhões em 2027, mas o orçamento previsto pelo governo reserva R$ 12,9 bilhões à pasta

DA REDAÇÃO
Cascavel

• O orçamento da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed) para 2027 foi elaborado com uma diferença de R$ 2,7 bilhões entre as necessidades financeiras estimadas pela própria pasta e o limite de despesas previsto na proposta encaminhada pelo governo Ratinho Junior (PSD) à Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). A informação consta em ata oficial de uma reunião extraordinária do Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, realizada em 2 de outubro, e revela que parte das despesas projetadas para o próximo exercício dependerá de complementações orçamentárias ao longo do ano.

De acordo com o documento, a Secretaria da Educação calculou em R$ 15.636.128.557 o montante necessário para atender às despesas contratadas e previstas com pessoal, custeio e investimentos em 2027. Entretanto, o teto orçamentário estabelecido para a pasta ficou em R$ 12.931.653.045. A diferença exata é de R$ 2.704.475.512, equivalente a aproximadamente 17,3% da necessidade financeira apresentada pela secretaria.

Os números foram expostos durante a reunião pelo representante da Seed, Maurílio Aquino Ribeiro Neto, responsável pela apresentação da proposta orçamentária aos integrantes do Conselho do Fundeb. A ata foi assinada eletronicamente por representantes da administração estadual e do colegiado, constituindo um registro oficial da discussão.

O documento também detalha como o governo pretende administrar a diferença entre os valores. Segundo a apresentação registrada na ata, a complementação deverá ocorrer conforme a arrecadação, a disponibilidade de caixa e as decisões de distribuição de recursos tomadas pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Entre os mecanismos mencionados estão suplementações orçamentárias, utilização de superávit financeiro, excesso de arrecadação e redução ou anulação de dotações destinadas a outras despesas ou órgãos públicos.

Na prática, isso significa que a previsão inicial não contempla integralmente as necessidades estimadas pela Educação e que a execução de parte dessas despesas ficará condicionada à abertura de créditos adicionais ou a outras alterações orçamentárias durante 2027.

Diferença reconhecida

A informação aparece expressamente na ata da reunião de 2 de outubro. O registro afirma que o limite orçamentário foi calculado com base na previsão de arrecadação para 2027 e que a diferença entre o teto estabelecido e as necessidades da pasta deverá ser suplementada oportunamente.

A distinção é importante porque os R$ 2,7 bilhões não representam uma dívida já constituída nem comprovam que o governo deixará de pagar despesas obrigatórias. Trata-se da diferença entre a necessidade estimada pela Secretaria da Educação e o valor inicialmente reservado na proposta orçamentária.

Ainda assim, o documento evidencia que a própria administração estadual reconheceu, antes da votação do orçamento, que o limite estabelecido não corresponde à totalidade das despesas projetadas para o exercício.

A ata apresenta também a distribuição dos recursos previstos para a pasta. As despesas com pessoal somam R$ 8,678 bilhões, enquanto o custeio representa R$ 3,407 bilhões e os investimentos, R$ 822,5 milhões.

Esses valores abrangem diferentes fontes de financiamento, incluindo recursos estaduais e federais, e estão sujeitos às regras específicas de aplicação de cada fonte.

O registro não apresenta, entretanto, uma discriminação que permita identificar quais despesas respondem pela diferença de R$ 2,7 bilhões. Também não esclarece quanto da complementação prevista será destinado à folha de pagamento, à manutenção das escolas, aos contratos de serviços ou aos investimentos.



Orçamento da Educação para 2027 prevê R$ 2,7 bi a menos do que as necessidades estimadas Lucas Fermin/SEED

Questionamento

A discussão sobre a insuficiência orçamentária ganhou repercussão durante a audiência pública realizada na Assembleia Legislativa na terça-feira (17), quando o assessor econômico da APP-Sindicato, Cid Cordeiro, retomou o assunto diante do secretário estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, e dos parlamentares. Cid, que participou da reunião do Conselho do Fundeb como assessor técnico dos representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), afirmou que o orçamento da Educação não contemplaria recursos suficientes para o pagamento do 13º salário. "Fomos conversar sobre o orçamento da educação no Conselho Estadual do Fundeb. A educação não tem recurso orçamentário para pagar o 13º. Não cabe o 13º dentro do que está colocado hoje de orçamento", declarou.

Segundo ele, a resposta recebida durante a discussão foi de que haveria suplementação orçamentária. O assessor criticou a dependência desse mecanismo para cobrir despesas previsíveis, argumentando que a elaboração da proposta deveria contemplar adequadamente as obrigações financeiras do Estado.

A ata da reunião de outubro confirma a presença de Cid e registra seu questionamento sobre a subestimação do teto orçamentário. Conforme o documento, ele alertou que a necessidade de suplementações prejudica o planejamento financeiro da Educação e contrasta com as alegações de dificuldades orçamentárias apresentadas pelo governo quando são reivindicados reajustes salariais.

A documentação disponível, contudo, não permite confirmar especificamente a insuficiência de recursos para o 13º salário. Embora comprove a diferença global de R$ 2,7 bilhões, a ata não discrimina as despesas relativas à gratificação natalina nem identifica quais obrigações dependerão de suplementação.

GOVERNO DO ESTADO

Os números do orçamento da Educação

Necessidade estimada pela Seed: R$ 15,636 bilhões
Limite previsto na proposta: R$ 12,931 bilhões
Diferença: R$ 2,704 bilhões
Percentual da necessidade sem cobertura no teto inicial: aproximadamente 17,3%
Despesas com pessoal: R$ 8,678 bilhões
Custeio: R$ 3,407 bilhões
Investimentos: R$ 822,5 milhões
Orçamento estadual previsto para 2027: R$ 84,6 bilhões

Planejamento

A divergência entre a necessidade financeira da Seed e o teto estabelecido pela Fazenda levanta questionamentos sobre a metodologia utilizada na elaboração do orçamento e sobre a previsibilidade das despesas públicas. A Lei Orçamentária Anual estabelece as receitas estimadas e autoriza os gastos do governo para determinado exercício. Ao longo do ano, a legislação permite alterações por meio de créditos adicionais, desde que observadas as condições legais e a disponibilidade de recursos.

Esse procedimento faz parte da administração orçamentária e não caracteriza, por si só, irregularidade. Entretanto, quando a necessidade de complementação é identificada ainda na fase de elaboração da proposta, surge a discussão sobre os critérios utilizados para definir os limites de despesas e sobre os impactos dessa diferença na execução das políticas públicas.

No caso da Educação, o montante estimado para complementação supera R$ 2,7 bilhões, valor expressivo em relação ao orçamento inicialmente reservado para a secretaria.

A questão também ganha relevância diante da expansão de despesas com contratos terceirizados, manutenção das unidades escolares e programas educacionais. A ata, porém, não permite estabelecer quanto desses gastos está incluído na diferença identificada, nem autoriza atribuí-la a contratos ou programas específicos.

Durante a audiência na Alep, o governo apresentou uma proposta orçamentária estadual de R$ 84,6 bilhões para 2027. A Secretaria da Fazenda destacou a necessidade de controlar o crescimento das despesas correntes e preservar o equilíbrio fiscal, diante das obrigações com pessoal, custeio e investimentos.

O contraste entre o planejamento global do Estado e a necessidade de complementação apontada pela Educação deverá integrar as discussões sobre a distribuição dos recursos públicos no próximo exercício.

Disputas judiciais podem mudar composição do Senado e eleição interna

Processos contra Marina JHC, Deltan Dallagnol e Lahesio Bonfim podem alterar cadeiras na Casa e influenciar a corrida pela presidência, com possíveis mudanças no equilíbrio entre oposição e aliados do governo

Da redação
Cascavel

•Três disputas judiciais envolvendo senadores eleitos podem interferir na composição do Senado a partir de fevereiro e afetar a eleição para a presidência da Casa. Marina JHC (PSDB-AL), Deltan Dallagnol (Novo-PR) e Lahesio Bonfim (Novo-MA) enfrentam questionamentos relacionados às candidaturas ou à chapa eleitoral. Os três são apontados como votos da oposição.

Eventuais mudanças nas cadeiras podem beneficiar nomes com maior proximidade ao governo Lula (PT) e alterar a disputa pelo comando do Senado, que envolve Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), Rogério Marinho (PL-RN) e Tereza Cristina (PP-MS).

Os casos estão em diferentes estágios. Marina JHC e Deltan aguardam decisões do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre os registros de candidatura. Já Lahesio ainda não é alvo de ação formal, mas adversários discutem um questionamento no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionado à chapa e à idade de seu suplente.

Recursos no TSE

Deltan Dallagnol é alvo de recursos apresentados pelo PT e pelo PDT, que contestam sua candidatura ao Senado com base na cassação do mandato de deputado federal, em 2023. Naquele ano, o TSE concluiu que o ex-procurador deixou o Ministério Público para evitar procedimentos administrativos que poderiam resultar em inelegibilidade. Dallagnol argumenta que as investigações contra ele foram encerradas sem punição e sustenta que estava apto a disputar a eleição. O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) aprovou o registro por 4 votos a 3.

No TSE, cinco dos sete ministros votaram pela suspensão da campanha, mas uma liminar concedida pelo presidente da Corte, Kassio Nunes Marques, permitiu que os votos fossem contabilizados na eleição. PT e PDT pedem a anulação dos votos e defendem a posse de Alexandre Curi (Republicanos). A defesa de Dallagnol, por sua vez, sustenta que, caso o registro seja negado, deve ser convocada uma nova eleição.


Processos contra senadores eleitos podem alterar disputa Divulgação

Em Alagoas, o MDB recorreu ao TSE contra o registro de Marina JHC, esposa do governador eleito JHC (PSDB). A contestação aponta supostas irregularidades no cumprimento das regras de desincompatibilização e afirma que ela teria atuado em programas da Prefeitura de Maceió durante o período pré-eleitoral.

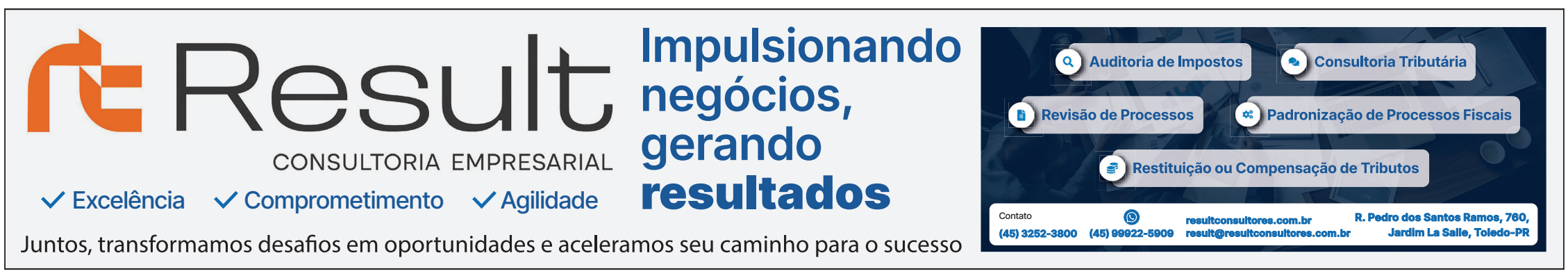
O TRE de Alagoas rejeitou o pedido por maioria. Marina declarou confiar na Justiça Eleitoral e classificou a contestação como uma "aventura jurídica".

Lahesio

No Maranhão, a discussão em torno de Lahesio Bonfim envolve a idade de seu suplente, Maurício Rizzi, que completará 35 anos apenas em abril. Adversários estudam levar o caso ao STF. Lahesio argumenta que uma alteração legislativa permite que eleitos tomem posse em até três meses após 1º de fevereiro, o que, segundo sua interpretação, autorizaria a candidatura do suplente. "Não posso ser condenado por seguir a lei", afirmou o senador eleito.

Possíveis mudanças

Caso os processos resultem em afastamento dos eleitos ou alterações na composição do Senado, nomes apontados no cenário político poderiam ocupar as vagas. Renan Calheiros (MDB-AL) é citado como possível substituto de Marina JHC, Alexandre Curi como alternativa para a cadeira de Dallagnol e Roseana Sarney (MDB-MA) como eventual ocupante da vaga de Lahesio. As possibilidades dependem do resultado dos processos e das decisões da Justiça Eleitoral ou do Supremo. Os casos podem envolver diferentes encaminhamentos, entre eles nova eleição ou a convocação de outros candidatos, conforme a decisão judicial e as regras aplicáveis.



Governo do Paraná Governador eleito anuncia chefias da Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e Casa Militar; indicações foram feitas pelo futuro secretário de Segurança Pública, Fabiano Bordignon

Moro confirma quatro nomes para comandar as forças de segurança

Segundo o governador eleito, a intenção é formar uma equipe técnica, com profissionais que conheçam as instituições e tenham condições de fortalecer o trabalho das forças de segurança



Moro define comando das forças de segurança do Paraná para 2027 Divulgação

ELIANE ALEXANDRINO
Cascavel

● O senador Flávio Bolsonaro (PL) aparece com 50,3% das intenções de votos válidos na disputa pela Presidência da República, contra 49,7% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), segundo pesquisa Nexus contratada pelo banco BTG Pactual e divulgada ontem (19). A diferença é de apenas 0,6 ponto percentual, e os candidatos estão em empate técnico, considerando a margem de erro do levantamento.

A pesquisa foi realizada a menos de uma semana do segundo turno das eleições presidenciais, marcado para domingo (25). Os percentuais divulgados consideram apenas os votos válidos, excluindo as intenções de voto em branco e nulo e os eleitores indecisos. Esse é o critério utilizado pela Justiça Eleitoral para calcular o resultado oficial da disputa.

Com a margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos, os resultados não indicam vantagem estatisticamente significativa de um candidato sobre o outro. A diferença numérica entre Flávio Bolsonaro e Lula está abaixo da margem de erro, o que mantém a disputa tecnicamente empatada.

No primeiro turno, com 100% das urnas apuradas, Flávio Bolsonaro recebeu 47,03% dos votos, enquanto Lula obteve 45,16%. A votação levou os dois candidatos à segunda etapa da disputa presidencial.

Os percentuais do primeiro turno correspondem aos votos efetivamente contabilizados nas urnas. Já os números da pesquisa representam as intenções de voto declaradas pelos entrevistados no período em que o levantamento foi realizado. Por isso, os dados não devem ser interpretados como resultado antecipado da eleição.

A pesquisa Nexus/BTG Pactual entrevistou 2.002 eleitores por telefone, entre os dias 16 e 18 de outubro de 2026. O levantamento tem margem de erro de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, e nível de confiança de 95%.

Isso significa que, considerando os pressupostos estatísticos da pesquisa, o método utilizado e a amostragem, o nível de confiança informado é de 95%. A margem de erro expressa a variação estimada dos resultados decorrente da amostragem, mas não elimina outras possíveis fontes de erro, como eventuais dificuldades de coleta ou diferenças entre as respostas declaradas e o voto efetivo.

O levantamento foi contratado pelo banco BTG Pactual e registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o protocolo BR-04499/2026. Com a votação marcada para domingo (25), a pesquisa mostra um cenário de disputa acirrada entre os dois candidatos. Como os percentuais estão dentro da margem de erro, o levantamento não permite afirmar qual deles tem vantagem estatisticamente significativa na reta final da campanha.

Debate na Band

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) desafiou o senador Flávio Bolsonaro (PL) a abrir os sigilos bancário, fiscal e telefônico das respectivas famílias durante o debate presidencial realizado pela Band, no domingo (18). O candidato do PL não aderiu à proposta nos termos apresentados pelo adversário e respondeu com novas acusações contra o presidente.

O confronto ocorreu no terceiro bloco do debate e elevou a tensão entre os candidatos, que trocaram declarações sobre corrupção, patrimônio familiar e suspeitas envolvendo pessoas próximas. Lula apresentou a abertura dos sigilos como uma forma de permitir que os eleitores avaliassem as acusações antes do segundo turno, marcado para 25 de outubro. "Eu desafio você de corrupção e eu amanhã abrimos a nossa conta bancária, abrimos nosso sigilo telefônico para que o povo brasileiro saiba quem é ladrão desse país", afirmou Lula.

Durante a campanha, Moro apresentou propostas para fortalecer a segurança pública por meio da integração das forças policiais, do uso de inteligência e tecnologia e do enfrentamento ao crime organizado

O presidente propôs que os dois autorizassem a abertura dos dados e entregassem as informações à Justiça. Durante a discussão, insistiu que o adversário deveria demonstrar publicamente que não tinha nada a esconder. "Flávio, vamos fazer o seguinte, vamos abrir a minha conta e a sua. Vamos abrir, vamos abrir seu celular e a conta bancária", declarou. Em seguida, acrescentou: "Ao invés de ficar falando que é honesto, prove que é honesto. Abra a sua conta".

Antes de levar a discussão para a corrupção, Lula questionou a posição de Flávio Bolsonaro sobre a relação do Brasil com os Estados Unidos. O presidente citou a exploração de minerais críticos e terras raras e criticou a proposta de cooperação militar conhecida como Escudo das Américas.

Lula afirmou que a iniciativa poderia subordinar países latino-americanos aos interesses de Washington. Flávio negou ter atuado contra empresas brasileiras e disse que viajou aos Estados Unidos para defender os interesses nacionais.

O senador também acusou o governo federal de não enviar representantes para defender o Brasil no exterior e mencionou organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV).

A discussão colocou em lados opostos a crítica de Lula à aproximação com os Estados Unidos e a defesa de Flávio de uma cooperação internacional mais ampla no combate ao narcotráfico.

O terceiro bloco começou com uma pergunta sobre como aumentar a produtividade da economia brasileira. Lula defendeu investimentos em inovação industrial, qualificação profissional e modernização de setores estratégicos.

O presidente citou a Nova Indústria Brasil e investimentos em áreas como economia digital, centros de processamento de dados, economia criativa e economia verde. Segundo ele, a preparação dos trabalhadores e o avanço tecnológico são fundamentais para ampliar a produtividade.

Flávio criticou os governos petistas e argumentou que Lula já teve tempo para executar as políticas que apresentou. O senador prometeu um programa de mobilidade social e defendeu ampliar a conectividade entre trabalhadores e empresas, além de facilitar o acesso ao crédito para pequenos empreendedores.

Entre as propostas apresentadas por Flávio está a transformação da Caixa Econômica Federal em um "banco da prosperidade", com foco em microempreendedores.

Segurança pública

A segurança pública foi outro tema de confronto. Flávio criticou posições do PT no Congresso e defendeu a castração química para estupradores e a redução da maioridade penal para adolescentes envolvidos em crimes hediondos, retomando a proposta de responsabilização a partir dos 14 anos nesses casos.

Lula respondeu citando medidas relacionadas à proteção de celulares e ao bloqueio de aparelhos por meio do aplicativo gov.br. Também mencionou iniciativas de renegociação de dívidas para micro e pequenos empreendedores.

Flávio voltou a criticar o PT e acusou o partido de mudar o discurso sobre segurança durante a campanha. Lula, por sua vez, defendeu os resultados econômicos de seu governo e mencionou políticas de acesso à universidade.

Filas na Ponte de Guaratuba acendem alerta para o primeiro verão com acessos inacabados

Movimento intenso no último feriado da Consciência Negra provocou congestionamentos no sentido Matinhos/BR-277; obras pendentes e falta de previsão sobre o fluxo de veículos preocupam às vésperas da alta temporada



Filas no feriado acendem alerta para o trânsito no Litoral Reprodução redes sociais

Da Redação
Cascavel

●A primeira temporada de verão com a Ponte de Guaratuba em funcionamento já enfrenta um sinal de alerta: as filas. Durante o feriado da Consciência Negra, o aumento no fluxo de veículos provocou longos congestionamentos no sentido Matinhos/BR-277 e expôs os desafios de mobilidade na região. Com os acessos ainda inacabados, a preocupação é que o problema se intensifique durante a alta temporada.

Inaugurada em maio, a estrutura deve facilitar a ligação entre Guaratuba e Matinhos, mas as intervenções viárias ainda não foram concluídas. O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR) identificou quatro pontos de atenção que podem comprometer a fluidez do trânsito.

Em Matinhos, a conversão à esquerda na PR-412, nas proximidades da Avenida JK, em direção a Caiobá, pode provocar retenções. O bloqueio da PR-807 também reduz as alternativas de circulação.

Em Guaratuba, as preocupações envolvem o retorno provisório para quem segue em direção ao bairro Caieiras e as condições de circulação nos acessos à nova ligação. Caso as obras não sejam concluídas a tempo, o DER-PR avalia a possibilidade de liberar o acesso pela PR-807, mesmo que provisoriamente. A alternativa depende de avaliação técnica e ainda não está confirmada. O departamento informou que não realizou estudo específico para estimar o volume de veículos esperado na primeira temporada de verão com a ponte em operação.

TCE-PR

A conclusão dos serviços está condicionada a aditivos contratuais que estão em análise no Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). O DER-PR afirma que prestou todos os esclarecimentos solicitados e que o consórcio responsável está preparado para retomar os trabalhos e finalizar as intervenções ainda neste ano. A situação envolve também pendências financeiras com fornecedores que participaram da construção da ponte.

Fornecedores envolvidos na obra relatam que os pagamentos em atraso ainda não foram totalmente regularizados. Um dos empresários, que pediu para não ser identificado, afirmou que sua empresa continua sem receber os valores pendentes e considera inviável concluir os serviços ainda neste ano.

Segundo um empresário que preferiu não se identificar, faltariam cerca de R$ 15 milhões para finalizar as intervenções. O fornecedor relatou que a maioria das empresas negocia o recebimento dos valores em quatro parcelas, mas sua empresa ainda aguarda o pagamento. Os atrasos nos pagamentos e os questionamentos do TCE-PR sobre os aditivos contratuais estão entre os fatores que envolvem a conclusão dos acessos.

Conclusão dos acessos

A Prefeitura de Guaratuba pressiona o Governo do Estado pela conclusão das intervenções. O município encaminhou ofício ao DER-PR solicitando urgência nos serviços e levou a cobrança à Assembleia Legislativa, na quinta-feira passada (12), por meio do deputado estadual Denian Couto (PL), que também formalizou pedido ao departamento. Na mesma data, o prefeito Mauricio Lense tratou do assunto com a equipe de transição do governador eleito Sergio Moro. A administração municipal negocia ainda com o Estado a possibilidade de executar parte das intervenções em caráter emergencial, desde que os recursos sejam estaduais. A proposta permanece em análise.

Policiamento será reforçado no verão

A Polícia Rodoviária Estadual contará com o reforço de quase 100 policiais de outras regiões do Paraná durante a Operação Verão. As equipes atuarão também na Ponte de Guaratuba e nos trechos das rodovias estaduais que atendem o Litoral. O subcomandante do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), major Andriola, avalia que a nova ligação deve facilitar o deslocamento entre Guaratuba e Matinhos, mas não elimina o risco de congestionamentos nos acessos aos municípios.

Segundo ele, as equipes vão acompanhar o comportamento do trânsito, orientar os motoristas e atuar para melhorar a fluidez. Natal, Réveillon, Carnaval e os finais de semana estão entre os períodos que vão exigir maior atenção. Com os acessos ainda pendentes e as primeiras filas já registradas, a temporada de verão será um teste para a infraestrutura viária e para a capacidade de resposta dos órgãos responsáveis pelo trânsito no Litoral.

52%

DESCONTO MENSALIDADE

ATÉ O FINAL DO CURSO



Acesse o site

ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD

CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Velocidade Dudu Berlanda e Xande Bastos vencem a 40ª edição da Cascavel de Ouro. Corrida ocorreu na noite do último sábado no Zilmar Beux

A histórica prova da Cascavel de Ouro de 2026

A próxima edição da Cascavel de Ouro já está marcada. E terá mais homenagens. A corrida será no dia 14 de novembro de 2027, data do aniversário do município. E também data do aniversário de 60 anos da Cascavel de Ouro

LUCIANO NEVES
Com agências



Dudu Berlanda e Xande Bastos venceram a tradicional corrida Fotos: @clayton.medeirosfoto

● A 40ª edição da Cascavel de Ouro foi marcada pelas homenagens. A começar pelo troféu, uma verdadeira obra de arte. A peça foi confeccionada para recordar a vitória de Nelson Piquet na Cascavel de Ouro, que ocorreu há 50 anos. Piquet venceu a tradicional corrida em 1976. Piquet não esteve em Cascavel neste fim de semana. Mas a família Piquet esteve representada no grid da Cascavel de Ouro, que teve pelo terceiro ano seguido uma prova noturna. A corrida de três horas ocorreu na noite do último sábado (21). Nelsinho Piquet participou da prova e tinha a meta de levar para casa o cobiçado troféu para homenagear o pai. No entanto, uma batida logo no início da prova o tirou da corrida.

A grande homenagem ocorreu no fim da Cascavel de Ouro com a vitória de Dudu Berlanda e Xande Bastos. Dudu foi o piloto que cruzou a linha de chegada em primeiro lugar. E a vitória foi dedicada ao pai, Wanderlei Berlanda, que também era piloto e faleceu em abril deste ano. Dudu é irmão de Juninho Berlanda, que foi o vencedor da Cascavel de Ouro de 2024, ao lado de Gustavo Magnabosco. Os dois também disputaram a edição deste ano, mas tiveram problemas no carro.

A Cascavel de Ouro teve um grid formado por 50 carros. Quem largou na primeira posição foi Lorenzo Massaro, que correu ao lado de Wyllian Cezarotto. Os dois subiram no pódio na segunda colocação.

A vitória de Dudu Berlanda e Xande Bastos teve um requinte de drama. Isso porque, os pilotos que lideravam a Cascavel de Ouro sofreram com suas máquinas. Próximo do fim, o carro da dupla formada por Adriano Botelho e Caio Botelho deixou os líderes na mão. Com isso, a liderança caiu no colo da dupla formada por Felipe Machiavelli e Israel Favarin. Favarin foi o vencedor da Cascavel de Ouro de 2018 e essa experiência seria importante para consolidar mais uma vitória. Mas o carro de número 47 perdeu o motor na última volta. Para consolidar a vitória, Dudu Berlanda precisava levar o carro até a linha de chegada. E conseguiu, segundo ele, com uma ajuda do pai, Wanderlei Berlanda. Por isso, a vitória foi tão celebrada. E a festa se estendeu ao pódio, com Dudu e Xande em primeiro, Massaro e Cezarotto em segundo, Léo Martins e Marcus Índio ficaram com o terceiro lugar, Rick Heidrich e Felipe Malinowski ocuparam o quarto lugar e a dupla formada pelos pilotos Alexandre Frankenberger e Leandro de Liba fecharam o pódio, no quinto lugar.

A próxima edição da Cascavel de Ouro já está marcada. E terá mais homenagens. A corrida será no dia 14 de novembro de 2027, data do aniversário do município. E também data do aniversário de 60 anos da Cascavel de Ouro. A primeira prova ocorreu no dia 14 de novembro de 1967. E também será uma corrida noturna.

NÚMERO

40

Neste ano, foi realizada a edição de número 40 da Cascavel de Ouro. No ano que vem, a tradicional prova completa 60 anos



Esta foi a terceira prova noturna

Campeão, Flamengo lidera lista de títulos nacionais na elite

FLAMENGO

Clubes com mais títulos nacionais na elite

Flamengo	19 títulos
Palmeiras	18 títulos
Corinthians	13 títulos
Cruzeiro	10 títulos
Santos	9 títulos

Gazeta Esportiva
São Paulo

● O Flamengo conquistou o título do Campeonato Brasileiro de 2026 com duas rodadas de antecedência. No fim de semana, o Rubro-Negro empatou com o Palmeiras em 1 a 1, resultado que consumou a conquista. Com quatro torneios conquistados em âmbito nacional entre 2024 e 2026, o clube da maior torcida do Brasil superou o Palmeiras em números de títulos nacionais na elite.

O Flamengo chegou ao 19º título nacional e alcançou o Palmeiras com quatro conquistas importantes no futebol brasileiro: a Copa do Brasil de 2024 sobre o Atlético-MG, a Supercopa do Brasil sobre o Botafogo em 2025 e as edições 2025 e 2026 do Campeonato Brasileiro.

Desta forma, o clube da Gávea se tornou detentor de 19 troféus no cenário nacional. São dez Brasileiros (1980, 1982, 1983, 1987, 1992, 2009, 2019, 2020, 2025 e 2026), cinco Copas do Brasil (1990, 2006, 2013, 2022 e 2024), três Supercopa do Brasil (2020, 2021 e 2025) e uma Copa dos Campeões (2001). Vale lembrar que o clube leva em conta o título brasileiro de 1987, embora o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheça o Sport como campeão.

O Palmeiras tem 18 títulos de elite. São 12 edições do Campeonato Brasileiro (1960, 1967, 1967, 1969, 1972, 1973, 1993, 1994, 2016, 2018, 2022 e 2023), quatro Copas do Brasil (1998, 2012, 2015 e 2020), uma Copa dos Campeões (2000) e uma Supercopa do Brasil (2023). A lista não inclui as edições de 2003 e 2013 da Série B do Brasileiro. O Verdão tem a chance de empatar novamente a disputa em 6 de dezembro, quando decide a Copa do Brasil de 2026 contra o Grêmio. A final acontece em jogo único no Estádio Nacional Mané Garrincha, em Brasília.

NÚMERO

10

O Flamengo conquistou o décimo título do Brasileirão: 1980, 1982, 1983, 1987 (Copa União), 1992, 2009, 2019, 2020, 2025 e 2026



O Flamengo faturou o Brasileirão Adriano Fontes

Campanha

Com o empate diante do Verdão, o Flamengo chegou aos 80 pontos e manteve a diferença de seis pontos sobre o vice-líder. Como restam duas rodadas, o Palmeiras até pode alcançar o Rubro-Negro na pontuação. No entanto, o Flamengo tem três vitórias a mais que o Palmeiras (24 a 21). Desse modo, mesmo que seja derrotado nos dois últimos compromissos e o Verdão vença ambos, o Flamengo não pode ser ultrapassado pelo rival.

Além de ser o time que mais venceu no Brasileirão, destaque para o ataque do Flamengo, o melhor da competição com 74 gols marcados. A defesa rubro-negra foi vazada 31 vezes. Nessa estatística, a vantagem é do Palmeiras que tem a defesa menos vazada do campeonato com 26 gols sofridos.

O Flamengo conquistou o décimo título do Brasileirão. E se tornou o clube com o maior número de conquistas do campeonato na era dos pontos corridos. Nesse formato, o Rubro-Negro venceu as edições de 2009, 2019, 2020, 2025 e 2026.

Verdão cumpre tabela contra a Chape nesta terça

Gazeta Esportiva
São Paulo

● Após ficar com o vice-campeonato do Brasileirão ao empatar por 1 a 1 com o Flamengo, no último sábado, pela 36ª rodada, o Palmeiras já iniciou a contagem regressiva para a final da Copa Libertadores. A equipe comandada por Abel Ferreira enfrenta o Estudiantes no próximo sábado (28), às 17 horas (de Brasília), no Estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai. Mas, antes disso, o Verdão, segundo colocado, com 74 pontos, ainda tem mais um compromisso pela competição nacional apenas para cumprir tabela. A equipe paulista enfrenta a já rebaixada e lanterna Chapecoense, na Arena Condá, em Chapecó, pela 37ª rodada do Brasileirão, nesta terça-feira (24), às 18 horas.

A tendência é que Abel Ferreira preserve boa parte dos titulares na partida, optando por uma formação alternativa para evitar desgaste e possíveis problemas físicos às vésperas da final. Diante do Flamengo, o treinador mandou a campo o que tinha de melhor naquele momento.

Recém-recuperados de lesão, Murilo e Piquerez ficaram apenas no banco de reservas. Enquanto Barboza, suspenso, foi baixa. Com exceção de Paulinho e Jefté, entregues ao Departamento Médico, Abel Ferreira deve ter todo o elenco à disposição para o compromisso mais importante do ano.



O Verdão encara a Chape nesta terça
Cesar Greco

A delegação retorna para São Paulo logo após a partida e, na manhã de quarta, treina na Academia de Futebol e, em seguida, embarca para Montevidéu, onde inicia a reta final da preparação para a decisão continental.

A comissão técnica, portanto, terá os últimos dias para ajustar a equipe e definir a escalação que entrará em campo na busca pelo título continental.

Terceiro vice

O Palmeiras amargou o terceiro vice consecutivo do Campeonato Brasileiro, registrando uma marca inédita na história da competição, que vem sendo disputada em pontos corridos desde 2003. Sob comando do técnico Abel Ferreira, a equipe alviverde também assegurou o segundo lugar da tabela nos anos de 2024 e 2025, ficando atrás de Botafogo e Flamengo, nessa ordem. Antes disso, o Verdão foi bicampeão com o português, em 2022 e 2023, com 81 e 70 pontos, respectivamente.

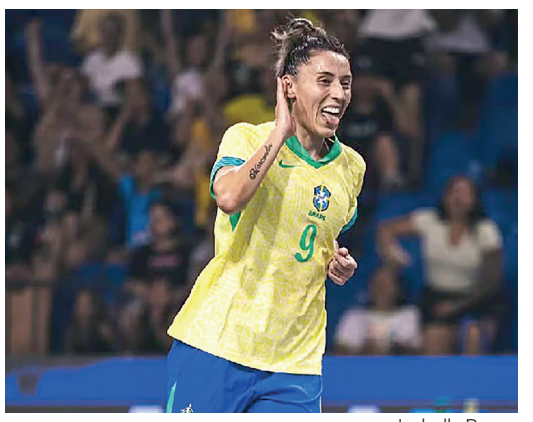


Maurício Moreira

SÉRIE OURO DE FUTSAL

Pato Futsal é o segundo finalista da Série Ouro

● O Pato Futsal confirmou a presença na decisão do Campeonato Paranaense da Série Ouro pela quarta vez seguida. O time do sudoeste passou pelo Dois Vizinhos com uma goleada de 8 a 0, no último domingo, na Arena Cláudio Petrycoski, e agora irá enfrentar o Umuarama, repetindo da fina de 2024. O Pato foi finalista nos anos de 2023, 2024 e 2025. Ou seja, tem a chance de se tornar o primeiro clube no Estado do Paraná a conquistar quatro títulos seguidos. O Pato já é tetracampeão, mas a primeira conquista foi em 2017. A Federação Paranaense de Futsal (FPFS) já definiu as datas dos dois jogos da decisão. O jogo de ida será na próxima sexta-feira (27), às 20 horas, no Ginásio Amário Vieira, em Umuarama. Já o confronto decisivo será realizado no próximo 05 de dezembro, sábado, às 20h05, na Arena Cláudio Petrycoski, em Pato Branco. Por ter melhor campanha na fase inicial, o Pato terá o privilégio de fazer o jogo de volta diante da sua torcida. Após a disputa da Copa Intercontinental de Futsal, o Pato Futsal voltou com as atenções para o Estadual e contou com o apoio da torcida para garantir a vitória com propriedade. No primeiro tempo, Biel, Léo Catolé e Vitinho abriram três gols de vantagem. A classificação foi coroada no segundo tempo. Vitinho, duas vezes, Dudu, Duduzinho e Pedro Carioca deram números finais ao jogo, garantindo a classificação para mais uma final.



Isabella Posey

FUTSAL FEMININO

Brasil faz o segundo jogo com Portugal hoje

● A Seleção Brasileira de futsal feminino faz, nesta terça-feira (24), o segundo amistoso diante de Portugal. O confronto será às 19h30, na Arena Albertina Salmon, em Paranaguá. As duas seleções se enfrentaram na tarde do último domingo, no mesmo local, e o Brasil venceu por 1 a 0. Os dois confrontos são válidos pelo Desafio Internacional da modalidade. O gol da vitória no primeiro jogo foi de Emilly Marcondes, eleita a melhor jogadora do mundo nas temporadas de 2024 e 2025, que teve atuação decisiva justamente na quadra de sua cidade natal, onde iniciou a trajetória no esporte. O jogo também marcou o primeiro reencontro entre as duas seleções desde a final da Copa do Mundo Feminina de Futsal da FIFA, disputada em dezembro de 2025, nas Filipinas. Naquela ocasião, o Brasil superou a equipe portuguesa por 3 a 0 e conquistou o título inédito da competição. A Seleção Brasileira conta com quatro representantes do Stein Cascavel em Paranaguá. Para estes dois jogos, foram convocadas a goleira Bianca, a ala Luana e a pivô Giovanna. E o treinador da equipe, Márcio Coelho, integra a comissão técnica da Seleção. Ele é o auxiliar de Wilson Sabóia.

LIGA NACIONAL

Magnus e Joinville são os dois finalistas da Liga

● A Liga Nacional de 2026 terá uma decisão inédita. No fim de semana, Magnus Sorocaba conquistaram as vagas na decisão e se encontram pela primeira vez numa final da principal competição do futsal brasileiro. O primeiro jogo da decisão será em Sorocaba, com mando do Magnus, e o segundo, em Joinville, onde o Joinville decide em casa por ter sido o líder da primeira fase. Magnus e Joinville já se enfrentaram em duas decisões da Taça Brasil de Futsal, em 2021 e 2022, e na Supercopa do Brasil de 2023, mas nunca em uma final da Liga Nacional. Os dois foram vice-campeões em três oportunidades. O Magnus foi campeão da Liga em 2014 e em 2020, de forma invicta, e volta a uma final cinco anos depois de ficar com o vice em 2021, quando perdeu os dois jogos para o Cascavel. Na semifinal, passou pelo Atlântico vencendo os dois jogos, por 3 a 2 na ida e por 2 a 1 na volta. O Joinville foi campeão em 2017 e vai atrás do bicampeonato. O time está de volta a uma decisão da Liga depois de dois anos em que o Jaraguá, seu maior rival, disputou o título e foi campeão duas vezes. Na final única de 2023, o Joinville perdeu para o Atlântico por 2 a 1 e ficou com o vice. Na semifinal, eliminou o Jaraguá vencendo os dois jogos, como a LNF mostrou em matéria sobre a classificação.

Publicidade Legal

MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026-PMSI-SRP
PROCESSO N.º 128/2026
REGIDO PELA LEI 14.133/2021

A Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 7 de dezembro de 2026, a abertura de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo **MENOR PREÇO/TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, que tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviço de implementação, administração, gerenciamento, fiscalização, supervisão, emissão de benefício eventual de cesta básica (auxílio alimentação), na forma de créditos, disponibilizados por meio de cartão magnético, eletrônico ou de similar tecnologia, munidos de senha de acesso, com recargas de créditos, on-line, para aquisição de gêneros de alimentação em estabelecimentos comerciais do município de Saudade do Iguaçu-PR (supermercados, mercados, padarias e açougues), destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social, conforme as condições, quantitativos e demais especificações editalícias, de acordo com as especificações estabelecidas no termo de referência e nos termos do edital e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 286.800,00 (duzentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais).

MODO DE DISPUTA: "ABERTO".

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 8h do dia 7 de dezembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 8h01 do dia 7 de dezembro de 2026.

RECEBIMENTO DOS LANCES: a partir das **8h30 do dia 7 de dezembro de 2026**, no endereço eletrônico: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações".

Edital na íntegra: à disposição dos interessados na Divisão de Licitações e Contratos, na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - site http://www.saudadedoiguacu.pr.gov.br/licitações, também através do site: www.bll.org.br e PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas.

Informações complementares através dos telefones 0800 090 6545 – ramal 212.

Saudade do Iguaçu, 23 de novembro de 2026.

ROGÉRIO GALLINA
PREFEITO MUNICIPAL







HORÓSCOPO

Áries (21/03 - 20/04)
Dê sabor de aventura à vida e realize um sonho. A semana começará com autoconfiança, força e coragem para tomar decisões sérias, organizar as contas e investir no desenvolvimento pessoal. Negocie um pagamento pendente e valorize seu trabalho ao definir preços. Leituras e conversas sobre espiritualidade ampliarão perspectivas. Renove suas filosofias!

Touro (21/04 a 20/05)
A Lua em seu signo trará serenidade e autoestima para iniciar a semana com boas decisões. Na vida íntima, conversas sobre o futuro a dois serão carregadas de emoção. Esclarecer questões financeiras tirará um peso dos seus ombros e dará tranquilidade. Reserve um tempo para focar nas suas coisas, avaliar os sonhos, cuidar da beleza e planejar mudanças.

Gêmeos (21/05 a 20/06)
Escolhas renovarão o projeto de vida e abrirão espaço para a realização dos sonhos. Uma proposta de longe movimentará a vida em uma direção mais estimulante. Construa relações de confiança e fortaleça vínculos especiais importantes em sua vida. Harmonia com irmãos, filhos e amizades especiais darão sensação de proteção. Novos rumos pela frente!

Câncer (21/06 a 22/07)
Uma tarefa cotidiana poderá despertar um novo interesse profissional. Conte com mais motivação no trabalho e melhora da saúde. Na carreira, sonhe alto e avalie os passos necessários para chegar aonde deseja. Amigos apoiarão suas ideias e abrirão portas. Inclua atividades de bem-estar na rotina, com caminhadas, treino, alongamento e meditação.

Leão (23/07 a 22/08)
O dia favorecerá o amor, planejamento de uma viagem com os filhos, atividades criativas e acertos de documentação. Um gesto carinhoso aproximará irmãos ou alguém especial. Planos de desenvolvimento ganharão viabilidade. Na carreira, a semana começará com cobranças e decisões práticas. Foque nos resultados e fortaleça a imagem profissional.

Virgem (23/08 a 22/09)
Encontros acolhedores ajudarão a superar mágoas antigas e fortalecer os laços familiares. Na vida íntima, a confiança crescerá e aumentará a cumplicidade. Vai dar vontade de aprender, enriquecer a bagagem cultural e ver o mundo de outro jeito. Um curso ou uma viagem poderá entrar nos planos. Troque experiências e receba apoio de pessoas influentes.

Libra (23/09 a 22/10)
Conversas inspiradoras aproximarão você do par, palavras sinceras tocarão o coração. Um acordo ou parceria ganhará novas perspectivas, com generosidade dos dois lados. Finanças compartilhadas pedirão atenção, confira as contas e finalize despesas que perderam o sentido. Escrever ajudará a organizar as ideias e expressar melhor o que sente.

Escorpião (23/10 a 21/11)
Uma ideia criativa abrirá novas possibilidades de ganho, explore seus talentos e organize o que poderá ser desenvolvido. No trabalho, pausas regulares e pequenos cuidados com o corpo darão leveza à rotina. No amor, gestos carinhosos aumentarão a sintonia e a vontade de fazer planos juntos. Valorize seus dons e compartilhe os desejos para o futuro.

Sagitário (22/11 a 21/12)
Com autoconfiança e otimismo contagiante, a semana começará com poder de influência e coragem para dar passos maiores em um projeto inovador. Aproveite a inspiração para surpreender o par com um convite de viagem. No trabalho, mantenha o foco no essencial e evite dispersões. Um presente ou uma mensagem especial provocará fortes emoções hoje!

Capricórnio (22/12 a 20/01)
Momentos de silêncio e de introspecção ajudarão a entender as ambições, os sentimentos e finalizar um ciclo. O carinho de pessoas queridas fará diferença no seu dia, retome um antigo plano e conte com apoios poderosos. No amor, clima romântico e bom humor, aposte em um programa divertido a dois depois do trabalho. Um assunto familiar ganhará solução.

Aquário (21/01 a 19/02)
Amigos ou grupos de trabalho trarão motivação para um projeto ambicioso, um ideal em comum fortalecerá os laços. Conversas e mensagens fluirão com delicadeza e segurança, abra espaço para novas ideias. Decisões práticas melhorarão o conforto da casa, providencie um conserto ou planeje uma compra e some forças com quem sonha junto com você!

Peixes (20/02 a 20/03)
Carreira em ascensão, com oportunidades de exercer sua criatividade e competência. Uma proposta ligada à arte, à saúde ou ao bem-estar poderá despertar seu interesse e trazer grande satisfação. Nas finanças, avalie as condições com calma e priorize o que dará mais estabilidade. Conversas e acordos animarão o clima e ampliarão perspectivas. Sucesso pela frente!

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

24 Ter — 21° 24° — 28.5mm — Sol com muitas nuvens a nublado com chuva de manhã. Tarde e noite com temporal.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 24°	21° 28°	28.5mm 97% de chance	92% 100%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↓ N - 13km/h	↓ N - 50km/h	05:36h às 19:04h	Cheia

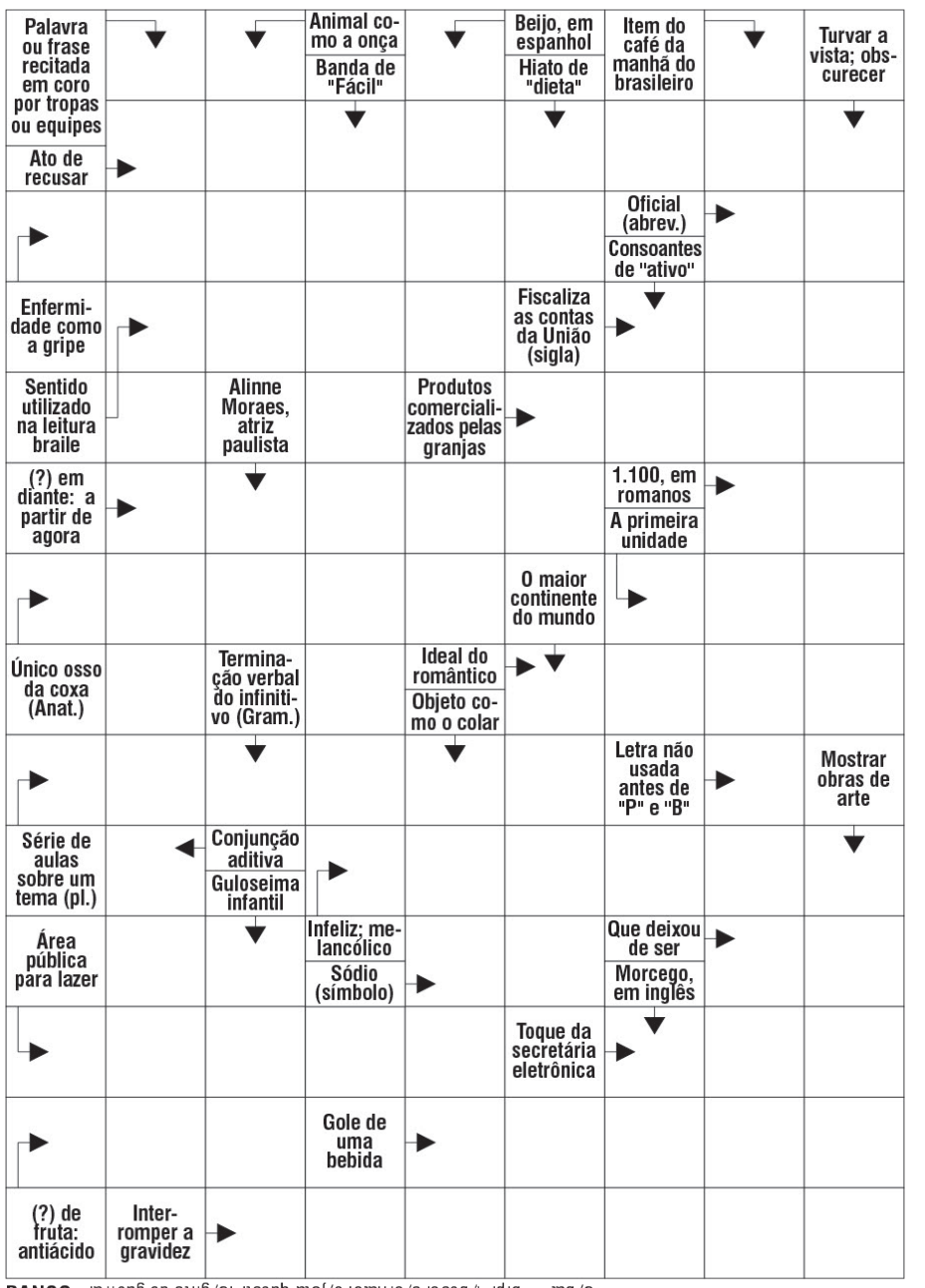
25 Qua — 20° 23° — 31.5mm — Sol com muitas nuvens a nublado com chuva de manhã. Tarde com temporal e noite chuvosa.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 23°	22° 27°	31.5mm 99% de chance	93% 100%
Vento	**Rajada de vento**	**Sol**	**Lua**
↙ NNE - 6km/h	↙ NNE - 35km/h	05:36h às 19:04h	Cheia

CRUZADAS

www.coquetel.com.br ©Revistas Coquetel



BANCO 3/bat — bip. 4/beso. 6/ornato. 9/jota quest. 13/grito de guerra. 15



Solução

		A	B	O	R	T	A	R						
S	A	L		T	R	A	G	O						
P	R	A	Ç	A		B	I	P						
	R	B		N	A		E	X						
	E			I	S	T	E							
C	U	R	S	O	S		N							
	G		E		A	M	A	R						
F	E	M	U	R		U	M	A						
	D	A	Ç	U	I		M	C						
	O		A		O	V	O	S						
	T	A	T	O		T	C	U						
V	I	R	O	S	E		O	F						
	R	E	J	E	I	Ç	A	O						
	G	F		B			P							

EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por
R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br
assinatura@gazetaparana.com.br

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

A indústria da desinformação

●A mentira sempre esteve presente nas relações humanas e nas disputas pelo poder. O que distingue o momento contemporâneo é a capacidade de transformar a desinformação em uma atividade economicamente rentável, sustentada por estruturas tecnológicas capazes de alcançar milhões de pessoas em poucos minutos. A falsificação da realidade passou a integrar um modelo de negócios.

Nas plataformas digitais, a atenção do usuário é uma mercadoria. Quanto maior o tempo de permanência diante das telas, maiores são as oportunidades de exploração comercial desse público. Nesse ambiente, conteúdos que despertam indignação, medo ou revolta encontram condições favoráveis à circulação, independentemente de sua veracidade.

A inteligência artificial generativa acrescenta uma nova dimensão ao problema. A produção de imagens, áudios e vídeos manipulados tornou-se mais acessível, reduzindo os custos da fabricação de conteúdos fraudulentos. Enquanto a mentira pode ser produzida e disseminada em segundos, sua verificação exige tempo, conhecimento e recursos. Essa desigualdade favorece quem atua deliberadamente para enganar.

Os prejuízos ultrapassam as fronteiras da política. A desinformação compromete campanhas de vacinação, alimenta fraudes financeiras, destrói reputações e estimula conflitos sociais. Sua disseminação sistemática também contribui para o enfraquecimento da confiança nas instituições, na ciência e no jornalismo profissional.

O enfrentamento desse fenômeno, entretanto, exige cuidado. A liberdade de expressão é uma garantia fundamental da democracia, e qualquer regulamentação do ambiente digital deve preservar o direito à crítica e à divergência. O combate à desinformação não pode servir de pretexto para a censura, tampouco a liberdade pode justificar a exploração comercial de práticas fraudulentas.

É necessário discutir a responsabilidade econômica das empresas que administram essas plataformas. Se existem mecanismos sofisticados para identificar preferências individuais, direcionar publicidade e ampliar o alcance de determinados conteúdos, é legítimo exigir transparência sobre esses processos e medidas contra a monetização de práticas ilícitas.

Nesse cenário, o jornalismo profissional assume uma responsabilidade ainda maior. A apuração, a contextualização dos fatos e a disposição para corrigir erros são princípios que precisam ser preservados, mesmo diante da pressão por velocidade e audiência. A credibilidade não pode ser sacrificada em nome da competitividade digital.

A educação midiática também precisa ocupar espaço permanente nas políticas educacionais, permitindo que os cidadãos compreendam os interesses econômicos e políticos envolvidos na circulação de informações.

Uma sociedade democrática não depende da unanimidade, mas da existência de referências factuais que permitam o debate entre posições divergentes. Quando a mentira se torna lucrativa, o que está ameaçado não é apenas o direito à informação, mas a própria capacidade coletiva de tomar decisões conscientes.

Quem tem medo da reforma tributária?

Alessandro
ROSTAGNO

**Advogado, professor, mestre em Direito Tributário pela PUC-SP*

Há uma pergunta que ronda escritórios de contabilidade, departamentos jurídicos e salas de diretoria em todo o país, e que poucos se atrevem a formular em voz alta: afinal, quem tem medo da reforma tributária? A resposta honesta é desconfortável. Têm medo os contribuintes, que pagam a conta da transição. Têm medo os profissionais encarregados de interpretá-la. E, a julgar pelo ritmo errático com que as normas vêm sendo editadas, revistas e adiadas, parece ter medo até mesmo quem a está implementando.

Convém dizer logo: ninguém de boa-fé defende o modelo que a EC 132/23 se propôs a substituir. Um sistema que acumulou mais de meio milhão de normas tributárias desde 1988, com cinco tributos sobre o consumo, guerra fiscal, cumulatividade residual e um contencioso bilionário, não merece saudade. O diagnóstico estava correto. O problema está no remédio - e, sobretudo, na forma como ele vem sendo ministrado ao paciente.

Um edifício erguido com os andaimes à mostra

A LC 214/25 instituiu o IBS e a CBS. Mas a segunda peça do quebra-cabeça, a LC 227/26, que criou o Comitê Gestor do IBS, só foi sancionada em 13 de janeiro de 2026 - quando o chamado ano-teste já estava em curso. Ou seja: o contribuinte começou a destacar o novo imposto em suas notas fiscais antes que existisse o órgão responsável por administrá-lo.

O regulamento do IBS seguiu o mesmo roteiro. Previsto inicialmente para 2025, teve datas anunciadas que passaram em branco, até ser aprovado pelo Conselho Superior do Comitê Gestor em 27 de abril de 2026 (resolução CGIBS 6/26). A versão preliminar que circulou antes disso chegou a trazer comentários internos de auditores registrando divergências entre o Comitê Gestor, a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Não se trata de detalhe pitoresco: é o retrato de um sistema cujas próprias autoridades ainda discutiam, a poucos meses da vigência, como interpretar a lei.

E a obra não parou. Em 10 de novembro, o Comitê Gestor aprovou ajustes à segunda versão do regulamento e, na mesma reunião, adiou a segunda fase da DeRE - Declaração de Regimes Específicos para 15 de dezembro. A pouco mais de seis semanas de 2027 - quando a CBS substitui integralmente o PIS e a Cofins -, o contribuinte ainda não tem a certeza de qual versão das regras estará vigente no dia em que precisar cumpri-las.

O ano-teste que não testou apenas sistemas

Desde 1º de janeiro, as empresas do regime regular convivem com dois mundos: o velho, de ICMS, ISS, PIS e Cofins, e o novo, com o destaque de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS nos documentos fiscais. A alíquota é simbólica; o custo, não. Para destacar um tributo de efeito financeiro praticamente neutro, foi preciso reparametrizar sistemas de gestão, reconfigurar a emissão de notas, revisar cadastros de produtos e serviços, contratar consultorias e treinar equipes inteiras.

Tudo isso foi feito sob regras que mudavam no meio do caminho. Em qualquer laboratório sério, um teste pressupõe protocolo estável. Aqui, o protocolo foi sendo escrito enquanto o experimento rodava - e o contribuinte fez as vezes de cobaia, arcando com o custo de cada nova versão de leiaute, cada nota técnica e cada prazo prorrogado na última hora.

A segurança jurídica como nota de rodapé

Um dado ilustra bem o espírito do novo modelo. Como observou a professora Elidie Palma Bifano, a LC 214/25 emprega a expressão "segurança jurídica" uma única vez - no art. 471-A, incluído pela LC 227/26, ao tratar do Programa Nacional de Conformidade Tributária. Uma reforma que promete simplicidade e previsibilidade menciona seu valor mais caro apenas de passagem.

O risco não é retórico. O novo sistema traz conceitos inéditos no direito positivo brasileiro - o próprio alcance de "fornecimento", a não cumulatividade ampla, o crédito condicionado à extinção do débito na etapa anterior, os regimes específicos e diferenciados - e confia sua aplicação a duas administrações distintas, a Receita Federal e o Comitê Gestor, que interpretam tributos gêmeos. Basta que uma delas leia a mesma regra de modo diferente para que nasça o litígio. Não por acaso, há quem fale abertamente em um "renascimento do contencioso", justamente na reforma que prometia sepultá-lo. Some-se a isso o uso crescente de inteligência artificial pela própria administração tributária, inclusive no julgamento administrativo, e o quadro de incerteza se adensa.

O caixa como campo de provas

O split payment - a segregação automática do tributo no momento do pagamento - foi vendido como a grande inovação do modelo. Pois até ele foi empurrado: a Receita Federal já sinalizou que a obrigatoriedade nas operações entre empresas só deve vir em 2028, sendo meramente opcional em 2027. O adiamento é prudente, mas revelador: o pilar tecnológico sobre o qual se ergueu a promessa de combate à sonegação ainda não está pronto.

E quando estiver, cobrará seu preço. As instituições financeiras estimam investimentos da ordem de R$ 3,5 bilhões em cinco anos e afirmam que a tarifa prevista por operação não cobre o custo do serviço. Para as empresas, a retenção na fonte do recebimento significa menos capital de giro disponível - num país com juros em dois dígitos, isso tem nome: custo financeiro, transferido silenciosamente ao contribuinte.

Custos que não aparecem na alíquota

O debate público costuma girar em torno da alíquota de referência. Mas há uma carga que não aparece em nenhuma tabela: o custo de conformidade de manter dois sistemas em paralelo até 2032, quando ICMS e ISS terão sido progressivamente reduzidos até sua extinção em 2033. São sete anos de duplicidade de obrigações, apurações, sistemas e riscos. Contratos de longo prazo precisam ser revistos, preços recalculados com o tributo "por fora", créditos acumulados monitorados.

Para as grandes companhias, trata-se de um custo pesado, porém absorvível. Para as pequenas e médias, que dependem de prestadores terceirizados e não têm estrutura para acompanhar resoluções publicadas a cada semana, é um risco existencial. Não espanta que entidades empresariais tenham vindo a público pedir o ajuste do cronograma - não contra a reforma, mas a favor de que ela funcione.

Então, quem deve ter medo?

O medo, a rigor, não é da reforma. É da forma. É da norma que muda depois do fato, do prazo que se prorroga na véspera, da interpretação que diverge entre os órgãos que deveriam falar a uma só voz. O ordenamento já ofereee os instrumentos para enfrentar esse quadro, e é preciso exigi-los a exemplo da estabilidade normativa: um intervalo razoável entre a publicação de cada regra e sua exigibilidade, sem alterações de última hora, do respeito aos limites da mudança de critério: o art. 146 do CTN e os arts. 23 e 24 da LINDB impedem que nova interpretação alcance fatos pretéritos e exigem regime de transição, do caráter orientador da transição: fiscalização pedagógica enquanto o próprio Estado ainda ajusta suas normas e sistemas e da harmonização efetiva: soluções de consulta e entendimentos conjuntos, vinculantes e tempestivos, entre Receita Federal e Comitê Gestor.

A reforma tributária é necessária e, em seus fundamentos, acertada. Justamente por isso, merece ser implementada com a seriedade que prometeu. Afinal, quem tem medo da reforma tributária? Quem a leva a sério. E é exatamente essa gente - que paga, apura, declara e responde - que precisa ser ouvida antes que a promessa de simplificação se converta em mais um capítulo da longa tradição brasileira de modernizações inconclusas.

A Fé que agrada a Deus

Roberto
VELOSO

**Desembargador Federal do TRF1 e membro da Academia Maranhense de Letras Jurídicas*

“Aborreço, desprezo as vossas festas e com as vossas assembleias solenes não tenho nenhum prazer. E, ainda que me ofereçais holocaustos e vossas ofertas de manjares, não me agradarei deles, nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais cevados.” (Amós 5:21-22)

Segundo os relatos bíblicos, havia festas em Israel nas quais eram sacrificados milhares de animais. No segundo livro de Crônicas, capítulo 7, versículo 5, está registrado que Salomão ofereceu em sacrifício vinte e dois mil bois e cento e vinte mil ovelhas.

Deus, porém, não deseja de nós uma mera demonstração de religiosidade. Ele não quer o simples cumprimento de rituais preestabelecidos. Não basta irmos à igreja, cantarmos, ofertarmos e dizimarmos se não tivermos nossa vida verdadeiramente entregue a Jesus.

Não há mais necessidade de holocaustos e sacrifícios para o perdão dos pecados. Foi para isso que Jesus veio ao mundo. Por meio de Seu sacrifício, são perdoados os pecados daqueles que Nele creem. Não foi à toa que João Batista disse a respeito de Jesus: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo!” (João 1:29)

É preciso refletir se estamos cumprindo as palavras de Jesus: “Ide, porém, e aprendei o que significa: Misericórdia quero e não holocaustos; pois não vim chamar justos, e sim pecadores [ao arrependimento].” (Mateus 9:13)

Jesus não veio ao mundo para punir as pessoas, mas para oferecer misericórdia e perdão dos pecados. Sem compreender isso, é impossível entender a verdadeira mensagem do Evangelho. Sem misericórdia, não é possível acolher os pecadores e convidá-los ao arrependimento e à conversão.

Se assumimos apenas a posição de acusar e apontar os defeitos dos outros, sem misericórdia, não cumprimos as palavras de Jesus. Deus é amor, compaixão e misericórdia. Jesus veio ao mundo para nos salvar e deu Sua vida para o perdão dos nossos pecados.

Está na hora de entregarmos integralmente nossa vida a Ele, aceitando-O como Senhor e Salvador e compreendendo o verdadeiro sentido da misericórdia que Ele tem para conosco.

A verdadeira adoração a Deus não se manifesta apenas em palavras ou rituais, mas em uma vida transformada pela graça e pelo amor de Cristo.

Se nossas ações não refletem justiça, bondade e humildade diante do Senhor, nossa religiosidade se torna vazia. Deus não Se agrada de uma fé de aparências, mas deseja corações sinceros, dispostos a viver conforme Sua vontade.

Por isso, mais do que cultivar hábitos religiosos, devemos buscar um relacionamento verdadeiro e profundo com Deus, expressando nossa fé por meio de atitudes de amor, misericórdia e obediência à Sua Palavra.

Política & CIA

Terreno por terreno

A VEREADORA Georgia Prates colocou a política habitacional no centro da discussão sobre a transferência de terrenos na Câmara de Curitiba. A parlamentar cobrou contrapartidas que garantam a destinação de áreas para habitação. O debate expõe uma questão que vai além da autorização legislativa para negociar imóveis: qual será o retorno dessas operações para as famílias que aguardam atendimento habitacional? Serginho do Posto ponderou que existem limitações legais para a destinação dos recursos e dos imóveis. A divergência entre os dois vereadores evidenciou a dificuldade de conciliar as regras de gestão patrimonial com a demanda por moradia.

Cobrança ao prefeito

A situação de famílias que, segundo relato apresentado na Câmara, permanecem em imóveis interditados há mais de um ano motivou uma cobrança ao prefeito Eduardo Pimentel. O caso coloca em discussão a articulação entre a Defesa Civil e a política habitacional do município, especialmente quando a interdição de uma residência não é acompanhada de uma solução definitiva de moradia.

Elogio e cobrança

A atuação de André Baú à frente da Cohab de Curitiba recebeu elogios de Georgia Prates, que aproveitou a discussão para fazer críticas às gestões anteriores da companhia. A vereadora mencionou mais de 400 pedidos ao tratar da demanda habitacional. O reconhecimento ao trabalho da atual direção veio acompanhado de uma cobrança pela continuidade das ações. A manifestação é relevante justamente por partir de uma parlamentar que tem cobrado respostas do Executivo na área da habitação.

Praça Osório

A discussão sobre a Praça Osório também mobilizou a tribuna da Câmara de Curitiba. Hernani e Luciano Carvalho saíram em defesa do prefeito Eduardo Pimentel e de Marilza Dias. Luciano lembrou o caso de uma jovem atingida por um galho, trazendo para o debate a necessidade de manutenção e segurança dos espaços públicos. A defesa da administração municipal ocorreu em meio aos questionamentos sobre as intervenções na praça, tema que mobilizou posições distintas no Legislativo.

Praças esquecidas

O debate sobre a Praça Osório abriu espaço para cobranças relacionadas a outras regiões da capital. Luciano Carvalho chamou a atenção para as praças da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), citando a Praça Evaldo Hidel. A discussão sobre a conservação dos espaços públicos, portanto, não ficou restrita ao Centro.

Fundo habitacional

Serginho do Posto e Georgia Prates divergiram durante a discussão sobre a destinação de imóveis públicos. O debate envolveu alienação de bens, fundos, permutas e doações. A questão levantada pela vereadora foi a necessidade de assegurar que as operações envolvendo o patrimônio municipal também contribuam para a política habitacional.

Cultura de vitrine

Georgia Prates questionou a prioridade dada a eventos de maior visibilidade em Curitiba e defendeu o financiamento permanente da cultura. A proposta orçamentária de 2027 prevê R$ 30,7 milhões para o setor, montante equivalente a 0,62% da arrecadação de ISS e IPTU. A reivindicação apresentada pelo setor é alcançar 2% em 2027 e 3% em 2028. A distância entre o percentual previsto na peça orçamentária e o reivindicado pelos representantes da cultura indica que a discussão sobre o financiamento do setor ainda terá espaço durante a tramitação do orçamento.

Faróis do Saber

Alexandre Leprevot sugeriu ampliar o funcionamento dos Faróis do Saber aos sábados, com abertura quinzenal ou mensal. A proposta busca estender o acesso aos equipamentos públicos para além dos dias úteis, uma alternativa para quem não consegue frequentar esses espaços durante a semana. A sugestão não pressupõe necessariamente a abertura de todas as unidades em todos os fins de semana, uma vez que admite diferentes periodicidades de atendimento.

Acessos à ponte

A paralisação das obras de acesso à Ponte de Guaratuba colocou os aditivos contratuais na pauta da Assembleia Legislativa do Paraná. A deputada Flávia Francischini levantou questionamentos sobre o empreendimento. A discussão chama a atenção para a necessidade de acompanhar não apenas a construção da ponte, mas também as intervenções necessárias para sua integração ao sistema viário. A ponte foi inaugurada em 1º de maio, mas os acessos permanecem incompletos. O contrato 162/2022 do DER, de R$ 386,9 milhões, teve reequilíbrio de R$ 11,5 milhões. Por meio do requerimento 2570/2026, a deputada pede providências e informações sobre o cronograma, diante da proximidade da temporada de verão.

Água do Tibagi

A deputada Mabel Canto cobrou esclarecimentos sobre os prazos e os custos do projeto de captação de água do Rio Tibagi. Os questionamentos envolvem a Sanepar, presidida por Wilson Bley Lipski, e colocam o cronograma e os investimentos previstos para a obra sob acompanhamento do Legislativo estadual. No requerimento 2486/2026, a parlamentar solicita informações sobre a capacidade do sistema, as licenças necessárias, os contratos firmados e eventuais aditivos, além da previsão de entrada em operação da estrutura.

Viadutos parados

A situação dos viadutos da PR-445 motivou uma cobrança do deputado Tercílio Turini à concessionária Motiva Paraná. O parlamentar chamou a atenção para a necessidade de manutenção das estruturas. O assunto reforça a necessidade de fiscalização das obras rodoviárias e de esclarecimentos sobre os prazos para a conclusão das estruturas. O requerimento 2428/2026 trata da necessidade de revitalização emergencial de mais de 15 viadutos, trincheiras e transposições no trecho entre Londrina e Cambé. A cobrança é direcionada à concessionária responsável pela rodovia.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





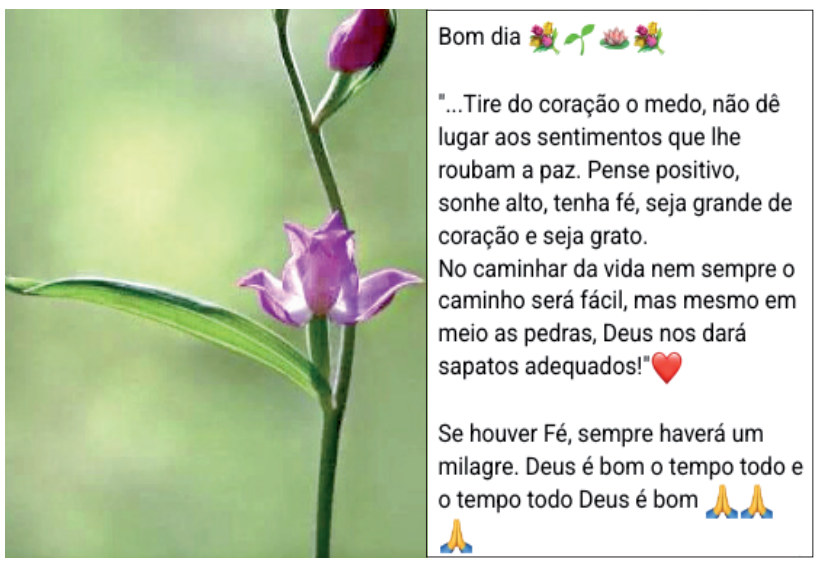
O CASAL Leo e Hortêncio Risso com seus filhos Michel e Laud's, na elegante festa na noite de sábado, dia 21, nos salões do Tuiuti Esporte Clube, em que Laud's foi um dos anfitriões *Arquivo pessoal*



A NUTRICIONISTA Fran Mainardi da Rosa comemorando seu aniversário, no sábado, dia 21
Arquivo pessoal

•Reflexão
Abençoada terça-feira! Aquele sorriso bonito que brilha de alegria quando recebe as bênçãos de Deus nos pequenos detalhes. Aquele abraço carinhoso cheio de paz que acalma e conforta o coração. Aquela emoção linda que vibra a alma quando essencialmente o sentimento de harmonia e humildade te envolvem. São estes gestos, estas delicadezas que desejamos e compartilhamos todos os dias, de coração para alma, da alma para nossa vida. *(Jared Hassan)*

•Uma nova realidade
Em uma era em que os rápidos avanços da tecnologia surpreendem até as mentes mais afiadas, a sociedade se vê lutando com ilusões tão habilmente elaboradas que se entrelaçam perfeitamente na tapeçaria de nossas vidas diárias. É crucial, agora mais do que nunca, não apenas ver, mas observar. À medida que a tecnologia, as maquinações políticas e as agendas ocultas se cruzam, o cidadão comum deve se tornar um detetive, juntando o mosaico da verdade a partir de fragmentos espalhados em meio ao engano.



Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Típica residência em Cascavel nos anos 1950

ESTA RESIDÊNCIA foi construída em Cascavel no ano de 1957, na Rua Santa Catarina. Ela pertencia ao casal Antonio Sartori e Prescila Farezin Sartori, que chegou com os filhos a Cascavel em 21 de dezembro de 1956..



Acervo Xico Tebaldi / Marco Aurélio Sartori

O famoso Morro do Chapéu em 1929

Esta bela imagem mostra a Serra da Esperança, na região de Guarapuava, no ano de 1929. Os viajantes pararam seus belos carrões da época para esse registro histórico, próximo à ponte do Rio Tigrinho. Ao fundo, é possível ver o famoso Morro do Chapéu..



Guarapuava Histórica

Posto Telefônico na Praça Generoso Marques

Na foto da década de 1970, é possível ver um dos postos telefônicos de Curitiba, em frente ao Paço da Liberdade, na Praça Generoso Marques, no Centro. Os usuários podiam fazer ligações locais, estaduais, interestaduais e até internacionais. Também é possível ver alguns telefones públicos, que eram instalados nas ruas e avenidas da capital.



Arquivo Público de Curitiba

Vista panorâmica de Apucarana

A imagem é do século passado e mostra uma vista panorâmica da cidade de Apucarana. Em destaque, a Praça Interventor Manoel Ribas e a BR-369.

A praça, popularmente conhecida como Praça do Redondo, passou por algumas revitalizações nos últimos anos, tornando-se um local atrativo para visitação pública e com condições de abrigar eventos artísticos, culturais, feiras e outros, tanto durante o dia quanto à noite. Em 2008, quando passou por uma ampla revitalização, o espaço ganhou novas instalações elétricas e luminárias, colocação de pavers, construção de espelho d'água, além de serviços complementares como banheiros, bancos e lixeiras.

A BR-369, também conhecida como Rodovia dos Cereais, abrange uma faixa de mais de 20 municípios, passando pelas regiões Sudeste e Sul. A rodovia tem como principal finalidade o escoamento da imensa produção agrícola dessas regiões.



Biblioteca IBGE